

Qualidade e Certificação Os Laboratórios Acreditados

Iniciámos, no último *Química*, a publicação de um trabalho acerca da Qualidade e Certificação, referindo-se aí o porquê da "luta" pela sua obtenção por parte de empresas, nomeadamente do sector químico. Neste número, e porque sem tal esta análise ficaria profundamente incompleta, iremos referir o papel dos Laboratórios neste processo, sendo que, com certeza, uma grande parte dos nossos leitores se identificará com estas questões dada a sua actividade profissional.

Em primeiro lugar, convirá ter presente a nomenclatura própria utilizada, muitas vezes confundida e aplicada indistintamente. Assim, por Laboratórios Acreditados entendem-se aqueles a que foram reconhecidas competências para o desempenho de determinadas funções, normalmente as relativas à análise de produtos, bens e serviços. Já a certificação propriamente dita visa demonstrar a conformidade de um Sistema de Qualidade implantado numa empresa e aplicado, naturalmente, aos produtos, bens e/ou serviços por esta oferecidos, tendo como fundo de comparação normas específicas que neste campo existem a nível nacional e comunitário. Ou

seja, acreditam-se entidades (laboratórios, organismos sectoriais...) e certificam-se empresas e os seus Sistemas de Qualidade. Esta acreditação, aliás como na grande maioria dos casos de certificação, é conferida *maxime* pelo Instituto Português da Qualidade.

Este processo encontra-se cada vez mais justificado entre nós, na medida em que os empresários e industriais, a par dos organismos governamentais, face aos já de si intrincados condicionamentos económicos com que se deparam, estão também mais despertos para a necessidade de se "armarem" de todos os trunfos ao seu alcance para atingirem, com sucesso, uma plena competitividade. Quer ao nível do comércio interno, quer ao do externo, já é um dado adquirido que um produto, bem ou serviço não se "vende" apenas com recurso, por exemplo, às tradicionais técnicas de *marketing*. As garantias de Qualidade são assim um "trampolim" para uma boa colocação e escoamento desses produtos no mercado.

Neste quadro, a uma empresa interessa não só ter e aplicar sistemas de qualidade reconhecidos, que lhe atribuem maior "credibilidade", como também

que esta actuação se processe ainda a outros níveis, como seja, no caso das empresas que os possuem, a própria acreditação dos seus laboratórios, ou o recurso, com segurança igualmente reconhecida, a laboratórios terceiros que atestem a qualidade dos seus produtos.

Esta situação é bem traduzida no número crescente de Laboratórios Acreditados, quer aos que já o são de facto, quer mesmo quanto àqueles que já iniciaram esse processo. Assim, os primeiros Laboratórios Acreditados datam de 1986 (3), sendo, actualmente, cerca de uma centena, divididos entre Laboratórios de Ensaio Acreditados e Laboratórios de Calibração Acreditados, cobrindo praticamente todos os sectores de actividade, desde os géneros alimentícios aos aparelhos de medição.

Pelos depoimentos recebidos, e a fim de não tornarmos este texto introdutório demasiado longo, pensamos que ficará dada uma larga panorâmica de como se desenrolam as actividades destes Laboratórios, todos eles especialmente ligados, pela sua natureza, ao sector químico.

H.P.C.

O Mercado Interno Europeu e os Laboratórios Acreditados

TOSCANO RICO*

No que diz respeito à atribuição de competências, convém localizar a situação actual, que advém da evolução das decisões comunitárias dos últimos anos.

É sabido que o Mercado Interno Europeu tem como grande objectivo a livre circulação de pessoas e bens. Até 1985, o princípio orientador da acção da Comunidade, para efeito de eliminação de entraves às trocas e garantia total da livre circulação dos produtos, estabelecida no Tratado de Roma, foi o da harmonização das legislações dos Estados-membro, através das Directivas comunitárias.

No entanto, existiam no artigo 36.º algumas derrogações, com vista à defesa da saúde e da segurança do consumi-

dor e que eram aproveitadas por cada país no sentido de criar restrições que defendessem os seus próprios produtos. Isto levou a que se continuassem a verificar, no Mercado Interno, inúmeros obstáculos ao comércio.

Em Maio de 1985, o Conselho das Comunidades adoptou uma nova abordagem em relação à harmonização técnica e à regulamentação e que se baseia nos seguintes princípios:

- A normalização pode e deve ser factor de harmonização do mercado e elemento de competitividade;

- No domínio da segurança, saúde e protecção dos consumidores, os objectivos dos vários Estados-membros

são, no essencial, equivalentes.

Foi, assim, definida pela Comissão uma "nova abordagem" para elaboração de legislação comunitária, com o objectivo de harmonizar normas e regulamentos técnicos, especialmente no que se refere às trocas comerciais de géneros alimentícios, que ocupam um lugar de importância primordial neste mercado.

Esta "nova abordagem", ao visar também a harmonização total do mercado, implica o princípio de que ensaios e certificações feitos em cada Estado-membro, e de acordo com as Normas CEN, são comparáveis e aceites mutuamente. Assim, e com base na "abordagem global", basta só um certificado

Laboratórios Químicos e afins acreditados

LABORATÓRIOS DE ENSAIOS ACREDITADOS EM 93.10.13

NORMA DE REFERÊNCIA: NP EN 45 001 – Critérios gerais para o funcionamento de laboratórios de ensaios

CNE - Lab. do Centro Nacional de Embalagem (Papel, cartão, embalagens, plásticos, tintas, vernizes e brinquedos).

Autosil - Lab. de Ens. Eléctricos de Baterias, SARL (Baterias).

Catim - Lab. Material Queima, Centro Apoio Ind. Metalomecânica (ap. gás).

APGC - Lab. Serv. Ensaios, Assoc. Portuguesa de Gases Combustíveis (Aparelhos a gás).

Cencal - Lab. Centro Formação Profissional, Ind. Cerâmica (Louça cerâmica).

Tudor - Lab. Eléctrico de Ensaio de Baterias, SA. (Baterias).

Mabor - Lab. de Ensaios da Continental Mabor Ind. Pneus, SA (Pneus).

Portucel - Lab. do Centro Fabril de Setúbal (Pasta, papel).

Portucel - Lab. do Centro Fabril de Cacia (Pasta, papel).

Portucel - Lab. do Centro de Investigação Tecnológica (pasta, papel).

Cires - Lab. de Ensaios (Resina, PVC, águas efuentes).

Portucel - Lab. Central de Embalagem (Papel, cartão).

Portucel - Lab. do Centro Fabril de Rodão (Pasta, papel).

CTCV - Lab. de Análises Qui., Estruturais e Ensaios Mecânicos (Louça cerâmica, vidro).

Petrogal/FAR - Lab. da Fáb. de Aromáticos da Petrogal (Produtos aromáticos derivados do petróleo).

Portucel - Lab. do Centro Fabril de Viana (Papel).

LPQ - Lab. Pró-Qualidade, SA (Águas, adubos).

LNATI - Lab. de Análises Qui. de Materiais no Dep. Central de Estudos e Análises Industriais (Análises químicas).

LPQ - Lab. Pró-Qualidade, SA (Agro-alimentar).

APEB - Lab. da Assoc. Portuguesa das Empresas de Betão Pronto - Betões, cimentos

INAPA - Lab. de Ensaios de Papel, SA (Papel).

GDP - Lab. da Empresa Gás de Portugal, SA (Análises ao dióxido de carbono alimentar).

AIPA - Lab. de Contagem de Fibras de Amianto (Contagem de fibras de amianto).

PAL - Lab. de Ensaios Físico Químicos da P-Produtos Alimentares, SA (Produtos cárneos e alimentos p/ animais).

GDP - Lab. da Gás Portugal, SA (Anidrido ftálico e plastificantes).

SGS - Lab. de Ensaios Agro-Alimentar, Lda (Alimentar).

Alco - Lab. Central da Alco, SA (Óleos vegetais).

CITEVE - Lab. do Centro Tecnológico das Ind. Têxtil e Vestuário de Portugal (Têxtil).

Quimigal - Lab. da Unidade Fabril de Adubos de Alverca, SA (Adubos).

LNATI - Lab. de Tintas e Revestimentos do Dep. de Tecnologia de Materiais (Tintas e revestimentos).

INDEP - Lab. de Pólvoras e Explosivos da INDEP, SA (Pólvoras e explosivos).

INDEP - Lab. de Ensaios Mecânicos da INDEP, SA (Materiais metálicos).

INDEP - Lab. Química Industrial e Metal. da INDEP, SA (Ligas metálicas e cartão).

Petrogal/GALP - Lab. GALP da Dir. Geral de Marketing da Petrogal, SA (Lubrificantes, combustíveis e fuel).

EPAC - Direcção Lab. e Tecnológica de Cereais da EPAC (Cereais).

Petrogal - Lab. da Refinaria do Porto, SA (Produtos petrolíferos).

The General Tire and Rubber Company of Morocco - Lab. de Ensaios de Pneus (Pneus).

CTCOR - Centro Tecnológico da Cortiça (Produtos de cortiça).

BP Portuguesa - Lab. da BP Portuguesa, SA (Óleos lubrificantes).

INETI - Lab. de Análise Quím. de Águas e Efluentes do DCEAI (Águas e efluentes).

Lab. da AGA - Álcool e Géneros Alimentares, SA (Álcool e bebidas espirituosas).

Laboratório EGI - Sociedade de Engenharia e Gestão da Qualidade Industrial, Lda. (Agro-alimentar).

Lab. Soquilab da Soquímica - Soc. de Repres. de Química, Lda (Instrumentos de pesagem).

LABORATÓRIOS METROLÓGICOS ACREDITADOS EM 93.10.13

NORMA DE REFERÊNCIA: NP EN 45 001 – Critérios gerais para o funcionamento de laboratórios de ensaios

Catim - Lab. Metrologia das Temperaturas do Centro de Apoio Tecnológico Ind. Metalomecânica (Temperatura).

para que um produto ou serviço seja aceite em toda a Comunidade.

Posteriormente, foram elaborados dois documentos onde os laboratórios credenciados são referidos - a Directiva 89/397/CEE, de 14 de Junho de 1989, relativa ao controlo oficial dos géneros alimentícios, e a Directiva do Conselho COM (91) 526 - SYN 377, de 6 de Fevereiro de 1992, relativa às medidas adicionais respeitantes ao controlo oficial dos géneros alimentícios.

Valerá a pena, para melhor enquadramento da questão, transcrever, no que toca à primeira das Directivas referidas, o seu artigo 7.º, § 2.º: "As análises serão efectuadas por laboratórios oficiais dos géneros alimentícios". Quanto à segunda, refere o seu artigo 4.º: "Para evitar obstáculos ao comércio e a duplicação desnecessária de análises laboratoriais, o reconhecimento mútuo dos resultados laboratoriais efectuados pelos serviços de inspecção deverá ser considerado como condição essencial para o comércio de géneros alimentícios sem restrições entre os Estados-membros".

Significa isto que, nos laboratórios aos quais as autoridades competentes de cada Estado-membro confiaram o controlo dos géneros alimentícios, deverá introduzir-se um sistema de normas de qualidade que garanta a qualidade dos dados de ensaio.

A norma europeia EN 45001 fornece um modelo satisfatório para o trabalho repetitivo desses laboratórios, devendo, no entanto, ser complementado por determinadas disposições dos princípios da boa prática de laboratório da OCDE, de modo a obter-se uma verificação aleatória da conformidade do trabalho laboratorial não repetitivo com os processos de funcionamento.

A designação de laboratórios aptos à comprovação exigida pelas directivas "Nova Abordagem" é feita, actualmente, com base na acreditação desses laboratórios. Em domínios onde não é exigível a intervenção de entidades independentes, mas se exigem apenas declarações de conformidade dos fabricantes, estes têm vindo, cada vez mais, a encontrar interesse em terem os seus próprios laboratórios acreditados, a fim de obterem, eles próprios também, maior confiança nos resultados de ensaios que realizam, tornando-os mais credíveis perante terceiros.

* Director Laboratorial da EPAC

Qualidade da Embalagem

MARIA ANTONIETA RAMOS*

O Centro Nacional de Embalagem é a entidade que, em Portugal, para além de outras, centraliza as actividades conducentes à melhoria da Qualidade da Embalagem. Independente dos vários agentes económicos envolvidos, dado que é uma associação de direito privado sem fins lucrativos, integra fabricantes e utilizadores de embalagens, transportadores e alguns organismos públicos.

Como Laboratório Acreditado pelo Instituto Português da Qualidade, executa ensaios químicos, físicos e mecânicos sobre embalagens e seus materiais, ensaios sobre paletes, nomeadamente "EUR", e ensaios sobre segurança de brinquedos.

Por delegação do IPQ, como Organismo de Certificação Sectorial, nos domínios das embalagens em geral e seus materiais, especificamente das destinadas a acondicionar e/ou transportar matérias explosivas, inflamáveis, tóxicas e corrosivas, cuja certificação é

obrigatória por lei, analisa os processos e emite os certificados relativos aos modelos de embalagem ensaiados no seu próprio laboratório, para tal acreditado.

Relativamente aos sistemas de certificação existentes, na área de actividade do CNE, com excepção para matérias perigosas, eles são de carácter voluntário e, muitas vezes, é a imposição do mercado, sobretudo o externo e cada vez mais o interno, que obriga os fabricantes a cumprirem normas de fabrico e a certificarem as embalagens.

No caso da segurança dos brinquedos, sendo a responsabilidade da aposição da Marca CE do fabricante ou importador, somente através de uma acção sistemática da IGAE - Inspecção Geral de Actividades Económicas - se poderá moralizar o mercado.

Sobre a receptividade e resposta das indústrias e empresas portuguesas, não se notou, pelo menos em termos de

recurso aos serviços do CNE, grande preocupação, nem com a entrada na CE, nem com a formação recente do Espaço Económico Europeu.

O sector ainda não se apercebeu de que a livre concorrência é muito mais do que um acordo assinado entre Estados e que só pela via da Qualidade a sobrevivência será possível. Tendo ao seu alcance, no CNE, todos os meios necessários para apoiar e ajudar a enfrentar esses grande desafio, os industriais não os aproveitam, preferindo viver a política do "remediar" em vez da do "prevenir".

Se esta mentalidade se mantiver, muitas empresas serão obrigadas, a médio prazo, a encerrar as suas actividades, com as implicações sociais e económicas daí decorrentes.

** Directora do Laboratório do Centro Nacional de Embalagem*

A Acreditação de um Laboratório Vale a Pena

CRISTINA RAMOS*



O Laboratório de Ensaios da Cires está vocacionado para o controlo da Qualidade do PVC produzido na nossa empresa, tendo outras áreas de trabalho, tais como o controlo de águas e efluentes, matérias primas e subsidiárias, bem como o apoio à assistência técnica da empresa. Iniciou, por empenhamento da Direcção, o seu processo com vista à

Acreditação em Outubro de 1988. Presentemente, procede a vários trabalhos para o exterior, no domínio do controlo analítico de águas de abastecimento, de processo e efluentes líquidos, nomeadamente para Câmaras Municipais e serviços municipalizados e para diversas indústrias dos mais variados ramos de actividade.

Com base na Directiva CNQ 8/85, este laboratório formalizou o seu Sistema de Qualidade e realizou todas as acções necessárias para cumprir a referida Directiva, nomeadamente: formalização por escrito de todos os procedimentos operatórios; sistematização de arquivos, instruções de manutenção e calibração; validação de todos os métodos a acreditar (calibrações de equipamento e material, ensaios de aptidão, etc.); formação do pessoal nos aspectos da qualidade e controlo estatístico, continuando a formação em exercício, já em vigor, há alguns anos, no Laboratório e, claro está, a elaboração do seu Manual de Qualidade.

Esta acreditação do Laboratório, concretizada em Agosto de 1989, visava, na época, dar maior credibilidade externa aos resultados analíticos fornecidos nos certificados de análise do produto fabricado e estava inserida numa acção mais vasta, hoje já concretizada, de certificação da Empresa segundo a norma EN/NP 29002.

A crescente procura de Laborató-

rios Acreditados para a realização de análise de águas, e uma vez que a estrutura do Sistema de Qualidade estava montada e em pleno funcionamento, e tínhamos cerca de 25 anos de experiência no controlo de águas potáveis e de processo, bem como cerca de 10 no que toca ao controlo de efluentes líquidos, avançamos em Agosto de 1990 para a Acreditação de métodos de análise de águas, agora com exigências acrescidas pela entrada em vigor da norma EN/NP 45001 para Acreditação de Laboratórios, e que equivale às EN/NP 29000 para a Certificação das Empresas.

É de salientar que todo o processo de acreditação, ainda que com um peso de carácter "burocrático" demasiado grande, foi "classificado" por todos os intervenientes e pelos clientes internos e externos como um factor de grande melhoria e de motivação para todos os que nele se empenharam e nele permanecem interessados e activos, pois "a Acreditação vale a pena se a vontade de melhorar não for pequena".

** Responsável pelo Laboratório de Ensaio da Cire*

Qualidade e Certificação

CELESTINA FERNANDES*

O Laboratório da GDP - Gás de Portugal, S.A. está acreditado, ou seja, garante a credibilidade técnica e deontológica dos ensaios realizados para controlo analítico, neste caso, do dióxido de carbono líquido (com aplicação, por exemplo, na alimentação e no tratamento de águas, como é o caso da que é bebida em Lisboa), do anidrido ftálico (usado no fabrico de ftalatos, resinas alquídicas, poliésteres insaturados e ainda como agente de síntese em química orgânica) e de ftalatos (utilizados basicamente nas indústrias de PVC flexível e no fabrico de tintas celulósicas e vinílicas, vernizes e lacas).

Estando o Laboratório acreditado perante o IPQ, teve de aceitar também a intervenção do Instituto da Qualidade Alimentar no mecanismo de acreditação relativo ao dióxido de carbono, por este produto ter um vasto campo de aplicação na alimentação humana.

O facto de o nosso laboratório

estar acreditado tem aumentado a confiança dos nossos clientes, facilitando muito certas relações, nomeadamente nas exportações. Abrem-se por outro lado novas perspectivas comerciais, pois muitas empresas industriais têm-nos considerado, através de um processo próprio, como "fornecedores qualificados", permitindo dispensar os ensaios de recepção aos produtos por nós fornecidos nos seus próprios laboratórios, o que se traduz numa apreciável economia de custos e tempo, pois o produto entregue segue imediatamente para as linhas de produção.

A GDP - Gás de Portugal, S.A. está igualmente a procurar obter a designação de "Empresa Certificada" para o seu serviço de utilidade pública de distribuição de gás, que se pretende que seja prestado inserido num sistema de qualidade para toda a Empresa.

** Laboratórios da GDP - Gás de Portugal S.A.*

MAGNETROM

Desde 1967

26 Anos ao Serviço da Investigação e Indústria

Aparelhagem de Instrumentação e Controlo
Equipamento de Aquisição e Controlo
Representantes exclusivos da
EG & G / PAR

MAGNETROM – COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, S.A.

Rua Fialho de Almeida, 5-2º Dt.º – 1000 LISBOA

Tel. 387 19 18

Fax. 387 47 73

Instituto Português da **Q**ualidade

PORTUGUESE INSTITUTE FOR QUALITY
Rua José Estêvão, 83 A
1199 LISBOA CODEX Portugal
Tel (01) 52 39 78, 52 37 35, 52 37 59
Fax (01) 53 00 33
Tlx 13042 QUALIT P

**CERTIFICADO
DE QUALIFICAÇÃO**

NÚMERO

93/L. 100

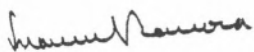
**O LABORATÓRIO SOQUILAB DA SOQUÍMICA - SOCIEDADE DE
REPRESENTAÇÕES DE QUÍMICA, LDA.**

com sede em Rua Coronel Santos Pedroso, 15 - 1500 LISBOA

é ACREDITADO de acordo com a norma NP EN 45 001, as Directivas
CNQ 8 e 17 e ao abrigo do artigo 17º do Decreto-Lei nº 234/93 de 2 de Julho,
para efectuar os trabalhos relativos a calibração discriminados em Anexo, que
constitui parte integrante do presente Certificado.

Esta acreditação é válida por três anos, renovável por idênticos períodos.

Lisboa, 27 de Setembro de 1993



Francisco Barroca
Vice-Presidente



SOQUÍMICA

Sociedade de Representações de Química, Lda.

Rua Coronel Santos Pedroso • 1500 LISBOA
Tels.: 716 51 60 • Fax: 716 51 69 • Telex 62 419
Rua 5 de Outubro, 269 — Apartado 1327 — 4106 PORTO CODEX
Tels.: 609 30 69 / 606 86 82 / 600 30 48 • Fax: 600 08 34 • Telex: 26 049